

SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.
CNPJ/ME Nº 02.735.385/0001-60
NIRE 3330026105-2

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2000

LOCAL E HORA:

Na sede da Companhia, na Av. Presidente Vargas,
3131 - 18º andar, nesta cidade, às 10:00 horas.

CONVOCAÇÃO:

Independente de publicação, nos termos do
parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de
15/12/1976, em virtude da presença da totalidade
do capital social.

MESA:

José Gustavo de Souza Costa, *Presidente*
Carlos Pereira Leite, *Secretário*.

QUORUM:

Presença dos acionistas representando a totalidade
do capital social com direito a voto.

DELIBERAÇÕES:

Foram examinadas, discutidas e aprovadas, por
unanimidade, as seguintes matérias e documentos
apresentados à consideração dos Senhores Acionistas:

1. A re-ratificação da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2000, para que dela conste a aprovação pelos Srs. Acionistas do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 1999, com as seguintes alterações determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do Ofício nº 112/00 de 27 de julho de 2000:
 - a) estorno do montante contabilizado como Imposto de Renda e Contribuição Social Difundidos no valor de R\$ 25.871.000,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e setenta e um mil reais);
 - b) registro no ativo do preço da concessão adquirida para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros do Rio de Janeiro no montante de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), bem como o registro no passivo no valor de R\$ 19.600.000,00 (dezanove milhões e seiscentos mil reais) referente a 70% (setenta por cento) do restante do valor a ser pago pela referida concessão.
2. A ratificação de todos os demais assuntos e documentos apresentados aos Srs. Acionistas e pelos mesmos aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2000.
3. A ratificação e detalhamento da operação de emissão e colocação pública de debênturas simples pela Companhia, conforme o abaixo especificado, apresentada ao



Assentbléia Geral Extraordinária de 09 de junho de 2000, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 1979025, em 12 de junho de 2000.

(i) valor: o valor total da emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na data de emissão; (ii) data da emissão: para todos os efeitos, a data de emissão será 1º de agosto de 2000; (iii) séries: a emissão de debêntures ora aprovada será feita em série única; (iv) prazos e datas de vencimento: o prazo das debêntures será de 36 (trinta e seis) meses contados da data da emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2003, data em que, respeitado o disposto nos itens (xi) e (xii) abaixo, deverá ser pago o valor nominal das debêntures, juntamente com a remuneração eventualmente devida; (v) quantidade de debêntures: serão emitidas até 10.000 (dez mil) debêntures, não convertíveis em ações da Companhia; (vi) valor nominal unitário das debêntures: o valor nominal de cada debênture será de R\$5.000,00 (cinco mil reais), na data de emissão; (vii) formas: as debêntures desta emissão são nominativas, escriturais, não endossáveis; (viii) espécies: as debêntures serão da espécie com garantia real, contando com caução de direitos creditórios relativos (I) aos créditos presentes e futuros decorrentes da locação de imóveis e espaços publicitários nas áreas integrantes da Concessão, (II) aos créditos devidos pela Companhia contra a Oportunus Concessão Metróvária S.A., (III) aos direitos de indenização devidos pela Companhia contra o Estado do Rio de Janeiro caso venha a ser declarada a extinção da Concessão e (IV) o produto decorrente da realização dos direitos creditórios elencados nos incisos (I) a (III) acima, além de gozar(em) do vínculo da receita obtida diretamente pela Emissora em decorrência das tarifas a serem cobradas dos usuários do transporte ferroviário; (ix) direito de preferência: não haverá direito de preferência para subscrição das debêntures pelos atuais acionistas da Companhia; (x) remuneração: sobre o valor nominal das debêntures incidirá, a partir da Data de Emissão, uma taxa de remuneração, acrescida ou não de sobre taxa, cujo período de incidência, intervalo de pagamento e respectivo(s) percentual(is) serão definidos pela Assembleia Geral de Acionistas ou pelo Conselho de Administração ("Remuneração") observado o seguinte: (I) Período de Vigência da Remuneração: é o período compreendido entre a Data de Emissão até a data da primeira repactuação das Debêntures, ou seja, de 1 de agosto de 2000 até 1 de agosto de 2001, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração definidas na correspondente escritura de emissão pública de Debêntures; (II) Período de Capitalização: é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de vencimento da Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade; e (III) Sub-período de Capitalização: é o intervalo de tempo contido em cada Período de Capitalização, tendo duração idêntica ao prazo definido para a Taxa DI (conforme abaixo definido) aplicada. Assim, o primeiro Sub-período de Capitalização terá início na Data de Emissão das Debêntures e terminará no prazo definido para a Taxa DI aplicada, e Sub-período de Capitalização seguinte terá início na data de vencimento do Sub-período de Capitalização anterior e encerrar-se-á no prazo definido para a Taxa DI aplicada, e assim sucessivamente até cobrir todo o Período de Capitalização. As Taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis, incidendo sobre o saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento da remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento. Para o primeiro "período de vigência da Remuneração", que se inicia na data de emissão e termina em 1 de agosto de 2001, fica definida como taxa de remuneração a taxa média dos depósitos financeiros denominada Taxa DI "over cure grupo" expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, não havendo

16
SECRETARIA
DA FAZENDA
26/08/2000

substituída. A remuneração será equivalente a 100% (cento por cento) da referência taxa de capitalização por um spread de 2,5% (dois e meio por cento); (xi) repactuação: caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre as condições da repactuação das Debêntures, aprovando o novo Período de Vigência da Remuneração e as condições da remuneração, bem como a época de seu pagamento. As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação deverão ser comunicadas, por intermédio de publicação do "Aviso aos Debenturistas", até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, informando: (I) o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração, obedecendo o prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente; (II) a modalidade da taxa e os juros remuneratórios, a vigor durante o próximo Período de Vigência da Remuneração; (III) as datas de vencimento e de pagamento da remuneração; e (IV) a data limite e o local em que os debenturistas que não concordaram com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração para o novo Período de Vigência da Remuneração deverão manifestar sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures. Fica desde já definido que a primeira repactuação ocorrerá no dia 1 de agosto de 2001. (a) Os debenturistas que não concordaram com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação do "Aviso aos Debenturistas" para manifestar sua opção de exercer o direito de venda à Companhia de suas Debêntures. (b) A Companhia obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures decorrentes desta emissão nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, a opção dos debenturistas que não aceitaram as condições fixadas pelo Conselho de Administração, pelo valor nominal da Debênture não amortizada, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis definido para o período vencido, calculada desde a data da emissão, ou do pagamento de remuneração imediatamente anterior, prevalecendo o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento. (c) As Debêntures adquiridas pela Companhia, em decorrência do exercício da opção de venda do debenturista, poderão ser canceladas, pertencendo ao tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, a exclusivo critério desta; (xii) repactuação antecipada: a Companhia obriga-se a repactuar antecipadamente, em conformidade com o disposto nos itens (xi) e (xi)(a) supra, todas as obrigações objeto da emissão ora aprovada, independentemente de qualquer aviso ou notificação, na ocorrência dos seguintes eventos: (I) alteração do controle acionário da Emissora, desde que a decisão de repactuação antecipada tenha sido aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação reunidos em assembleia convocada especialmente para esse fim; e (II) a alteração do nível da Emissora em montante, isolado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Esse valor será corrigido mensalmente a partir da data de assinatura da escritura de emissão das Debêntures, em base anual, a contar da Data de Emissão, pela variação do IGP-M (Índice Geral do Preço - Mercado) da Fundação Getúlio Vargas. No caso de extinção deste índice ou sua não divulgação, deverá ser utilizado o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) da mesma Fundação na sua extinção ou falta de divulgação deste último índice, será utilizado outro que reflita o real desvalorização da moeda, desde que a decisão de repactuação antecipada tenha sido aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação reunidos em assembleia convocada especialmente para esse fim. A Companhia obriga-se a adquirir as Debênturas dos debenturistas que não aceitaram as condições fixadas pelo Conselho de Administração e que se manifestarem de acordo com o item (xi) (a) acima, pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data de efetiva aquisição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de manifestação dos debenturistas. (xiii) local de pagamento: os pagamentos devidos em decorrência da presente emissão de debêntures serão efetuados

SECRET

por intermédio da Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou através do banco mandatário que venha a ser contratado pela administração da Companhia, para os debenturistas não vinculados àquele sistema; (xii) resgate antecipado: a qualquer momento, respeitando-se o prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos da data de emissão, a Companhia reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, devendo a Companhia publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sortio nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 55 da Lei nº. 6.404/76 e demais normas aplicáveis. O procedimento do sortio será definido pelo Agente Fiduciário, respeitadas a legislação aplicável. Na hipótese de resgate parcial, a Companhia deverá comunicar aos debenturistas avisados a decisão do resgate, os quais solicitarão à CETIP a retirada das Debêntures do SND - Sistema Nacional de Debêntures. As Debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas; (xiv) aquisição facultativa: a qualquer tempo, a Companhia poderá adquirir no mercado as debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, mantidas em tesouraria ou colocadas novamente no mercado; (xvi) preço e condições de subscrição e integralização: as Debênturas desta emissão poderão ser subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração, calculada *pro rata dies*, apurada desde a data de emissão até a data da subscrição e integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional. As Debênturas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, segundo os critérios de liquidação financeira do SDT disponibilizados pela CETIP. As Debênturas serão subscritas pelo seu valor nominal na data da emissão, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data da emissão até a data de integralização; (xvii) registro da emissão: a Escritura de Debênturas será registrada em Cartório de Registro de Imóveis do local da sede da Companhia e na Comissão de Valores Mobiliários; (xviii) formas de colocação e procedimento: o lançamento será público, com a consequente intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, para negociação no mercado de balcão não organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não sendo utilizada a sistemática de reserva antecipada, incluindo lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores da distribuição, que desejarem criar investimentos nas Debênturas; (xix) negociação: a emissão será registrada, para negociação no mercado secundário, por intermédio do SND - Sistema Nacional de Debênturas, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. A Diretoria Executiva foi autorizada a tomar todas as providências necessárias ao integral cumprimento das medidas aprovadas nesta Assembleia e correspondente destinação dos recursos, praticando todos os atos e assinando todos e quaisquer instrumentos em conformidade com a proposta de emissão ora aprovada. Fica, ainda, desde já autorizado e delegado ao Conselho de Administração, deliberar e proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das debênturas desta emissão, bem como decidir acerca da oportunidade da emissão, época e condições de vencimento antecipado, amortização, resgate, e demais matérias relativas à emissão ora aprovada, nos termos dos incisos VI a VIII do art. 59 da Lei nº 6.404/76.

Suplente
ANA MARIA
12/10/80
SECRETARIA

DOCUMENTOS, ficam arquivados na Companhia, numerados e rubricados pela mesa, os documentos apresentados para a aprovação aos Senhores Acionistas.

ACIONISTAS PRESENTES: Carlos Pereira Leite e Regina Amália Costa Oliveira
p/p RioTrem Participações S/A; José Gustavo de Souza Costa; Alcides Morales Filho;
Álvaro Luiz Alves de Lima Arvares Otero; Mathias Ralf Reischneider; Flavio D'Ávila
Peixoto; Murilo Rodrigues da Cunha; Edson Figueiredo Moraes.

A presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio da Companhia

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2006


JOSÉ GUSTAVO DE SOUZA COSTA
Presidente da Assembleia

